



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Centro Logístico de Aveiras

Glacier Crown - Sociedade Imobiliária, Lda.

EIA/1766/2025

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

março - 2026



**Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale
do Tejo, I.P**

ÍNDICE

1. Introdução
2. Período de Consulta Pública
3. Publicitação
4. Proveniência e Quantificação das Participações Recebidas
5. Análise das Participações Recebidas
6. Conclusões

Anexo I - Participações Rececionadas

Relatório de Consulta Pública

Centro Logístico de Aveiras

1. Introdução

Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à Consulta Pública do projeto “Centro Logístico de Aveiras”, na EN 366 - Azambuja, cujo proponente é a Glacier Crown - Sociedade Imobiliária, Lda.

2. Período de Consulta Pública

Considerando que o Projeto se integra no n.º 3 do Art.º 1º e alínea b) do ponto 10 do Anexo II - Caso Geral, do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, tendo o seu início no dia 28 de janeiro de 2026 e o seu termo no dia 10 de março de 2026.

3. Publicitação

Os elementos constantes do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), foram disponibilizados para consulta no portal participa (<http://participa.pt/>).

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de afixação de edital na Câmara Municipal de Azambuja, Junta de Freguesia de Alcoentre, na Agência Portuguesa do Ambiente e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

4. Proveniência e Quantificação das Participações Recebidas

Durante o período de consulta pública foram rececionadas cinco (05) participações, quatro (04) apresentadas por cidadãos e uma (01) por uma associação ambiental, todas submetidas através da plataforma PARTICIPA.

Das participações rececionadas, duas (2) foram classificadas como Concordância, duas (2) como Discordância e uma (1) como Geral.

As participações encontram-se em anexo ao presente relatório, do qual fazem parte integrante.

5. Análise das Participações Recebidas

Duas participações manifestam concordância com o projeto, salientando sobretudo os potenciais benefícios económicos e logísticos, bem como o contributo para o desenvolvimento do concelho da Azambuja e para o setor da logística.

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável apresentou uma participação classificada como discordância, acompanhada de parecer técnico detalhado. No seu contributo, a associação identifica um conjunto de preocupações ambientais e estratégicas associadas ao projeto, destacando, em particular:

- os impactos cumulativos do aumento do transporte rodoviário de mercadorias nas emissões de gases com efeito de estufa, num setor já considerado crítico para o cumprimento das metas climáticas nacionais; a insuficiente integração com o transporte ferroviário de mercadorias, apesar da proximidade à Linha do Norte;
- os potenciais impactes sobre a qualidade do ar e os níveis de ruído decorrentes do aumento do tráfego rodoviário pesado;
- bem como os impactos territoriais associados à artificialização do solo e à perda de coberto vegetal.

A associação refere ainda a falta de alinhamento do projeto com as orientações estratégicas de descarbonização da logística e transição energética, concluindo que o Estudo de Impacte Ambiental não demonstra adequadamente a compatibilidade do projeto com os objetivos ambientais e climáticos nacionais, emitindo assim parecer desfavorável ao projeto na sua configuração atual.

Uma participação manifesta também discordância, apontando como principais preocupações a ocupação de solos agrícolas e a insuficiência de infraestruturas rodoviárias adequadas na área prevista para a implantação do empreendimento.

Uma participação individual classificada como Geral, apresenta uma análise sumária do projeto e dos seus potenciais impactes ambientais, identificando possíveis efeitos ao nível do solo, recursos hídricos, qualidade do ar, ruído e paisagem, associados sobretudo à construção das infraestruturas e ao aumento do tráfego de veículos pesados. São referidos igualmente potenciais impactes socioeconómicos positivos, nomeadamente a criação de emprego e a dinamização da economia local.

É sugerido ainda nesta participação medidas de minimização, como a implementação de sistemas de gestão ambiental, monitorização da qualidade do ar e do ruído, criação de zonas verdes, controlo de emissões e gestão adequada das águas residuais. O cumprimento de medidas adequadas de mitigação e monitorização ambiental poderão dar viabilidade ao projeto.

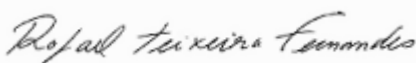
Conclusões

Entre os contributos apresentados, destacam-se, por um lado, referências aos potenciais benefícios económicos e logísticos do investimento, designadamente ao nível da dinamização da atividade económica e do setor logístico. Por outro lado, são igualmente apontadas preocupações de natureza ambiental e territorial, nomeadamente relacionadas com o aumento do tráfego

rodoviário pesado, potenciais impactes na qualidade do ar e no ruído, ocupação e impermeabilização do solo, perda de coberto vegetal e adequação das infraestruturas existentes.

Algumas participações salientam ainda a necessidade de assegurar a implementação das medidas de minimização previstas no Estudo de Impacte Ambiental e de garantir a monitorização e fiscalização adequadas durante as fases de construção e exploração do projeto.

Responsável pela Consulta Pública



ANEXO I

Participações Rececionadas

Dados da consulta

Nome resumido	Centro Logístico de Aveiras
Nome completo	Centro Logístico de Aveiras - Azambuja na EN 366
Descrição	O projeto, localizado na freguesia de Alcoentre, concelho da Azambuja e distrito de Lisboa, consiste numa operação urbanística de edificação e obras de urbanização numa área de intervenção com 28,7 ha (286 510 m2), para efeitos de criação de um pólo de distribuição intermodal designado por “Centro Logístico de Aveiras”, que resultará na constituição de um lote com 3 armazéns, com as respetivas infraestruturas viárias, de drenagem de águas residuais e pluviais, de abastecimento de água, gás, eletricidade e telecomunicações. De acordo com o Estudo de Impacte Ambiental, visa a otimização da cadeia de abastecimento do país, e a promoção de uma maior eficiência nos transportes de mercadorias tanto a nível nacional, como internacional. A escolha da localização foi determinada pela sua proximidade a grandes eixos de transporte, favorecendo a conectividade entre modos e permitindo uma operação mais eficiente e sustentável. Os edifícios logísticos estão localizados a 50km do aeroporto de Lisboa e 55km do centro de Lisboa, assim como a 185 km do Porto de Sines e a 185 km da cidade do Porto.
Período de consulta	2026-01-28 - 2026-03-10
Data de início da avaliação	2026-03-11
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Licenciamento Único de Ambiente
Sub-tipologia	
Código de processo externo	PL20250626006569
Entidade promotora do projeto	Glacier Crown - Sociedade Imobiliária, Lda.
Entidade promotora da CP	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
Entidade coordenadora	CCDR Lisboa e Vale do Tejo
Técnico	Rafael Fernandes

Eventos

Documentos da consulta

Anúncio de Abertura de	Edital / Anúncio_Conсульта Pública_Centro_Logístico_Aveiras.pdf
---------------------------	---

Consulta Pública	Aviso	
Declaração de conformidade do EIA	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=2045e34d28c7c3c5af2e1d5f82236af0
Projeto - Centro Logístico de Aveiras	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4e2adb9b89104f2a7fb216dec0e2a48
Relatório Síntese e Anexos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b6e0a9b4fdb6222ffc99a5be86e91001
Anexo PEA_39	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6a2a2f80a67ca534157efe261e7b1da8
Resposta ao PEA	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=522e5d73a236f39f19b125550122ef5e
Relatório Síntese e Anexos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b0fe379c259460853c7317ddf2ce41d1
Anexo PEA_23	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=66efa03f02cb4843f49a00f079811dc
Relatório Síntese e Anexos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=db0b5da4f338788d595566b465ac42dc
Relatório Síntese e Anexos	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=659b59e78cce912bbcf4c3a4f7097fc
Anexo PEA_44	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3792d2ba1dc0539800329990558f6011
Anexo PEA_33-3	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=926056e4321ae5daed931d0cc879bb87
Projeto - Centro Logístico de Aveiras	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ee6a961d251f5bd324133629a445435d
Anexo PEA_40-2	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=50ecea576a16f9fda52e25205037a38f
Anexo	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=68f087790b419

PEA_40-3	nto	e3ace5ad86d0f34e0c1
Anexo PEA_46	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=528ccb105185d6582ff8fe6c386840b5
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=ff913a9588458f3537dc324cb95a695f
Anexo PEA_21	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=1986db368a807906b4edfd04147cf108
Anexo PEA_12	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=8c4e32be39ae2e8d9791eb11e5a86eb7
Anexo PEA_11	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3d3a50cb64bf51b1b2e1b05bab004d47
Anexo PEA_04-1	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=376b70c831e3fd5f73905831617323d3
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=37e41fde8fcc695bcfd6f352d7300095
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d5b6457d8fe479c319a8761001d13d93
Projeto - Centro Logistico de Aveiras	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=be7ee79e747b893df57e4f5f1c383bb
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e21a3252433548334d28bacd9f85c023
Anexo PEA_17	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b73a8d4452da6135d603b676d8e6adf9
Pedido de Elementos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=563d56b3973ce988ff36f1525102c33c
Anexo PEA_45	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=4a58e0b41032a3e27d7bded80a7c23a4
Anexo PEA_51	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=687cf2be40ac31e96d6d69a1ea19381c
Resumo Nao Tecnico	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=b091da589213d2307885f8affffabc06

Anexo PEA_52	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f179ede728c4ffe3bddd17ff909819a
Alternativas	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=f9032e7de52ebc6e3e5aa8f8b558fc92
Anexo PEA_33-4	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=74a9c2b596c76835ff5e8a3eb717e418
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=85fa716e938c20f223d8bc76aad10e3a
Projeto - Centro Logistico de Aveiras	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=60a51fa587668528e32be2e5eff7713f
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=e3b5d1e355e9728381756b83a707f4e3
Anexo PEA_03	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=371f8ef72050f927061d710ce2efa02
Anexo PEA_33-1	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=38f25838e231375bb2331935b345c0f7
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=6f45ca4b7d9058a11d7799591a99b148
Projeto - Centro Logistico de Aveiras	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cea676bab5e8a925aaad7c83ddb6633d
Alegações	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=a0063aa0d729881f7489f1bd1b1f6f6
Anexo PEA_04-2	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c4ec63579b450097f81a4309591b11d0
Anexo PEA_7	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=3d6ebdcec57ec0f12ada72ab5bb0b179
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=88a9fcb73f5f3a214f0cc9e23c587908
Proposta de desconformi	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c055896f7f8202c9dbe960f24f4a492e

dade do EIA		
Anexo PEA_40-1	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=cef5055134ad9737e7de8ec0e5e1ab57
Anexo PEA_33-2	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=57fef640121a12fea7d6c36ec0d88746
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c8a4d52db55a96d1d2b557029cf4f096
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=fb1e7ef90cf77a96ab72524eacaf3acc
Relatorio Sintese e Anexos	Docum ento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=7a5d8fd3e253604777e226afb87260d7

Nº Participações 5
Nº Seguidores 12

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	2
Discordância	2
Geral	1
Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	0

Participações

ID 109563 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2026-03-10**Comentário:**

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Centro Logístico de Aveiras - Azambuja na EN 366

Anexos: 109563_Parecer ZERO_ Centro Logistico de Aveiras.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 109559 Joel João Malungo em 2026-03-10**Comentário:**

Após análise do projeto do Centro Logístico de Aveiras, considera-se que o empreendimento pode trazer benefícios económicos e logísticos, contribuindo para o desenvolvimento da região. No entanto, também apresenta impactes ambientais relevantes, que devem ser devidamente controlados. A presente participação pública considera que o projeto pode ser considerado favorável, desde que sejam cumpridas todas as medidas de minimização previstas no Estudo de Impacte Ambiental e que exista fiscalização adequada durante a construção e exploração. Recomenda-se que as autoridades competentes garantam o cumprimento das normas ambientais e que sejam realizados controlos periódicos para evitar danos ao ambiente e à população.

Anexos: 109559_centro_logistico_aveiras_AIA.docx

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 108433 Tiago Frazão em 2026-02-02**Comentário:**

Concordo com o proposto. Será uma utilização benéfica do espaço e uma grande alavancagem para o Alto do Concelho da Azambuja

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 108311 Cristina em 2026-01-30

Comentário:

Discordo, pois são para uma localização de solos agrícolas. Não existem infraestruturas adequadas (estradas).

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 108275 Raulinson Uender Alves dos Santos em 2026-01-28

Comentário:

É bom ver o investimento em logística , afinal é o que move o país.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

Participação Pública – Avaliação de Impacte Ambiental

Projeto: Centro Logístico de Aveiras

1. Introdução

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é um instrumento fundamental da política ambiental que tem como objetivo identificar, prever e avaliar os possíveis impactos ambientais resultantes da implementação de determinados projetos. Este processo permite garantir que os efeitos ambientais são considerados antes da tomada de decisão final sobre a aprovação de um projeto.

A participação pública constitui uma etapa essencial no processo de Avaliação de Impacte Ambiental, permitindo que cidadãos, organizações e entidades públicas analisem os projetos em consulta e apresentem comentários ou sugestões relativamente aos seus possíveis impactos ambientais.

No âmbito deste trabalho será analisado o projeto Centro Logístico de Aveiras, localizado no concelho de Azambuja, distrito de Lisboa. O objetivo é avaliar os potenciais impactos ambientais associados à construção e funcionamento deste centro logístico, bem como apresentar uma participação pública fundamentada sobre o projeto.

2. Identificação do Projeto

O projeto denominado Centro Logístico de Aveiras consiste na construção de um conjunto de infraestruturas destinadas ao armazenamento, distribuição e gestão logística de mercadorias.

O projeto localiza-se na freguesia de Aveiras de Cima, no concelho de Azambuja. Esta localização é considerada estratégica para o setor logístico em Portugal devido à proximidade com importantes eixos rodoviários nacionais, incluindo a autoestrada A1.

O centro logístico prevê a construção de armazéns de grande dimensão, zonas de carga e descarga, áreas administrativas, parques de estacionamento e infraestruturas de apoio ao funcionamento das atividades logísticas.

3. Descrição do Projeto

O projeto do Centro Logístico de Aveiras prevê a construção de armazéns logísticos destinados à receção, armazenamento e distribuição de mercadorias.

Estes armazéns terão grandes áreas de construção e incluem infraestruturas associadas ao funcionamento logístico, tais como:

- cais de carga e descarga para camiões
- áreas de estacionamento para veículos pesados e ligeiros
- áreas administrativas e escritórios
- vias internas de circulação
- zonas verdes e espaços de enquadramento paisagístico

Durante a fase de construção poderão ocorrer atividades relacionadas com movimentação de terras, construção de edifícios e instalação de infraestruturas técnicas.

4. Análise dos Impactes Ambientais

Impactes no solo:

A construção do centro logístico implicará uma ocupação significativa do solo. A impermeabilização do solo pode reduzir a infiltração natural da água e aumentar o escoamento superficial.

Impactes nos recursos hídricos:

Poderá ocorrer consumo de água e eventual risco de contaminação caso não sejam implementadas medidas adequadas de gestão de águas residuais.

Qualidade do ar:

A qualidade do ar poderá ser afetada principalmente pelo aumento do tráfego de veículos pesados associado às atividades logísticas.

Ruído:

As atividades logísticas podem gerar ruído devido ao funcionamento de equipamentos e circulação de camiões.

Impacte paisagístico:

A construção de armazéns logísticos de grande dimensão pode provocar alterações na paisagem local.

5. Impactes Socioeconómicos

O projeto poderá trazer benefícios económicos importantes para a região, incluindo a criação de novos postos de trabalho e a dinamização da economia local.

A localização estratégica poderá melhorar a eficiência da distribuição de mercadorias em Portugal e atrair novas empresas para a região.

6. Medidas de Minimização

Para reduzir os potenciais impactos ambientais podem ser implementadas várias medidas:

- implementação de sistemas de gestão ambiental
- controlo das emissões atmosféricas
- criação de zonas verdes
- instalação de barreiras acústicas
- monitorização da qualidade do ar e níveis de ruído
- gestão adequada de águas residuais

7. Conclusão

O projeto Centro Logístico de Aveiras representa um investimento importante no setor logístico em Portugal.

Apesar de existirem alguns impactos ambientais associados à construção e funcionamento da infraestrutura, estes podem ser reduzidos através da implementação de medidas adequadas de mitigação e monitorização ambiental.

Assim, considera-se que o projeto poderá ser viável desde que sejam cumpridas as medidas ambientais necessárias para garantir a proteção do ambiente e da qualidade de vida das populações locais.

Parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental do Centro Logístico de Aveiras

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Centro Logístico de Aveiras - Azambuja na EN 366

Introdução

O parecer da ZERO centra-se particularmente em quatro dimensões críticas que o projeto suscita: os impactos cumulativos do transporte rodoviário de mercadorias num setor – os transportes – que constitui atualmente o maior obstáculo ao cumprimento das metas climáticas nacionais; a ausência de integração efetiva com o sistema ferroviário de transporte de mercadorias, num território estruturado precisamente pela Linha do Norte; os impactos ambientais locais e regionais sobre qualidade do ar, ruído, coberto vegetal, ordenamento do território e conservação da natureza; e a incoerência estratégica do projeto face às transformações estruturais que o sistema logístico português terá de atravessar nas próximas décadas, em particular a eletrificação da logística e a reorganização territorial associada à realocização do aeroporto de Lisboa.

A ZERO considera que estes fatores não são meramente complementares à avaliação ambiental do projeto. Pelo contrário, constituem dimensões estruturais que devem enquadrar a decisão sobre a sua viabilidade ambiental.

Impactos cumulativos do transporte rodoviário e implicações para o cumprimento do PNEC 2030

O setor dos transportes constitui atualmente o principal fator de pressão sobre o cumprimento das metas climáticas nacionais.

Segundo o **Relatório do Estado do Ambiente da Agência Portuguesa do Ambiente**, em **2023 o setor dos transportes emitiu 18,24 MtCO₂eq**, representando **34,3% das emissões nacionais de gases com efeito de estufa**. Este valor corresponde a apenas **9% abaixo do nível de emissões registado em 2005**, quando o **Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)** estabelece para este setor uma meta de **redução de 40% até 2030**.

Deste modo, assumindo emissões em 2005 da ordem de **20 MtCO₂eq**, o objetivo compatível com o PNEC corresponde a cerca de **12 MtCO₂eq em 2030**. Portugal apresenta assim um desvio superior a **6 MtCO₂eq** relativamente à trajetória necessária.

A própria APA identifica explicitamente o setor dos transportes como um dos setores **mais afastados da trajetória necessária para cumprir as metas climáticas nacionais**. Acresce que **em 2023 as emissões do setor voltaram a aumentar cerca de 7% face a 2022**, refletindo a persistente dependência da mobilidade rodoviária baseada em combustíveis fósseis.

Neste contexto, qualquer projeto que induza um aumento estrutural da circulação de veículos pesados de mercadorias deve ser avaliado não apenas em termos de impactos locais, mas também à luz dos **impactos cumulativos nacionais sobre o cumprimento das metas climáticas**. Um centro logístico concebido



predominantemente para servir cadeias de transporte rodoviário de mercadorias, sem integração ferroviária robusta e sem uma estratégia clara de eletrificação da logística, contribui para agravar precisamente o setor onde Portugal dispõe de menor margem para aumento de emissões.

À luz da **Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021)** e do **Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (Decreto-Lei n.º 151-B/2013)**, a análise destes impactos cumulativos é uma obrigação material da avaliação ambiental.

Integração insuficiente com o sistema ferroviário nacional de mercadorias

O território onde se localiza o projeto encontra-se estruturado por um dos principais eixos ferroviários da Península Ibérica: a **Linha do Norte**.

Segundo dados da **Infraestruturas de Portugal**, cerca de **92% dos comboios de mercadorias que circulam na rede ferroviária nacional utilizam a Linha do Norte**, o que evidencia o papel central deste corredor no sistema logístico do país.

Os investimentos ferroviários atualmente previstos para este corredor – incluindo a modernização da linha e a futura quadruplicação de troços no âmbito da nova linha de alta velocidade Porto-Lisboa – têm precisamente como objetivo **aumentar a capacidade da linha e permitir a circulação de comboios de mercadorias de 750 metros**, alinhando Portugal com os padrões europeus da rede TEN-T.

No entanto, o projeto em análise **não demonstra uma integração logística robusta com a ferrovia**, nem apresenta soluções concretas que permitam transferir volumes significativos de mercadorias da rodovia para o transporte ferroviário.

Esta ausência de integração é particularmente preocupante numa região onde já existem plataformas logísticas associadas à ferrovia ao longo do eixo **Azambuja–Carregado–Entroncamento**, e onde a racionalidade territorial e energética apontaria claramente para o reforço de soluções **rodoferroviárias intermodais**.

Ao privilegiar uma lógica essencialmente rodoviária, o projeto contribui para perpetuar um modelo logístico que é simultaneamente **mais emissor, mais dependente de combustíveis fósseis e menos eficiente do ponto de vista energético**.

Impactos sobre qualidade do ar e ruído

O tráfego rodoviário pesado constitui uma das principais fontes de poluição atmosférica e de ruído ambiental.

A legislação portuguesa sobre qualidade do ar estabelece valores-limite para poluentes associados ao tráfego rodoviário, designadamente:

- **NO₂**: 40 µg/m³ de média anual e 200 µg/m³ de média horária
- **PM₁₀**: 50 µg/m³ de média diária (máximo de 35 excedências por ano) e 40 µg/m³ de média anual.

Os veículos pesados a gasóleo são uma das principais fontes destes poluentes.

No caso específico do corredor rodoviário onde se insere o projeto, o **Plano de Ação de Ruído da EN366** já identifica níveis de exposição superiores a **55 dB(A) Lden** em várias áreas habitacionais, abrangendo aproximadamente **200 residentes** e cerca de **100 edifícios habitacionais**.



A introdução de volumes adicionais de tráfego pesado associados ao centro logístico poderá agravar significativamente esta situação, colocando em risco o cumprimento dos objetivos definidos no **Regulamento Geral do Ruído** e na legislação de qualidade do ar.

É particularmente preocupante que o EIA não apresente uma modelação robusta dos efeitos cumulativos do tráfego rodoviário adicional na rede viária regional, considerando simultaneamente os impactos sobre ruído, qualidade do ar e saúde pública.

Impactos sobre coberto vegetal, ordenamento do território e conservação da natureza

O desenvolvimento de grandes plataformas logísticas implica geralmente elevados níveis de artificialização do solo e de impermeabilização territorial.

No caso em apreço, a transformação de áreas atualmente ocupadas por coberto vegetal ou uso agroflorestal em superfícies logísticas impermeabilizadas implica:

- perda de capacidade de sequestro de carbono;
- fragmentação ecológica e perda de conectividade de habitats;
- aumento do escoamento superficial e do risco de cheias;
- agravamento do efeito de ilha de calor.

Estes impactos devem ser avaliados à luz dos instrumentos de ordenamento territorial aplicáveis, designadamente os planos regionais e municipais que identificam a necessidade de garantir a continuidade da **estrutura ecológica municipal** e a articulação com áreas de **Reserva Ecológica Nacional (REN)** e **Reserva Agrícola Nacional (RAN)**.

A ocupação intensiva do território por plataformas logísticas rodoviárias levanta igualmente questões de compatibilidade com os objetivos nacionais de **conservação da natureza, adaptação às alterações climáticas e gestão sustentável do território**.

Incoerência estratégica do projeto face à transição energética e à reorganização logística do país

A economia portuguesa encontra-se num momento de transformação estrutural associado à transição energética.

A eletrificação do transporte rodoviário pesado, o reforço do transporte ferroviário de mercadorias e o desenvolvimento de **hubs logísticos energéticos integrados**, com produção local de energia renovável e armazenamento de eletricidade, constituem hoje orientações estratégicas centrais da política europeia de transportes e energia.

O **Regulamento europeu AFIR (Alternative Fuels Infrastructure Regulation)** estabelece metas obrigatórias para a instalação de infraestrutura de carregamento de veículos pesados elétricos ao longo da rede TEN-T. Este quadro regulatório aponta para a criação de **hubs logísticos preparados para cadeias de abastecimento de zero emissões**.

O projeto do Centro Logístico de Aveiras não demonstra integração com esta visão. Não evidencia produção local de energia renovável, não integra sistemas de armazenamento de eletricidade, nem apresenta soluções robustas para carregamento de veículos pesados elétricos ou sistemas de troca de baterias.



Paralelamente, a futura **relocalização do aeroporto de Lisboa para Alcochete** poderá alterar profundamente a geografia logística da região. Neste novo contexto, a centralidade logística de infraestruturas associadas ao atual sistema aeroportuário e energético poderá reduzir-se significativamente.

Investimentos que reforcem infraestruturas logísticas baseadas em modelos energéticos do passado correm assim o risco de se tornar **ativos desajustados (“stranded assets”)** num horizonte relativamente curto.

Mais do que contribuir para reforçar a competitividade económica do país, projetos desta natureza podem **fragilizar a posição geoeconómica de Portugal**, atrasando a transição para uma economia baseada em energia renovável abundante e em cadeias logísticas descarbonizadas.

Conclusão

Face aos elementos analisados, a ZERO considera que o projeto **Centro Logístico de Aveiras – Azambuja** apresenta fragilidades ambientais e estratégicas significativas.

O projeto:

- agrava os impactos cumulativos do transporte rodoviário de mercadorias num setor já crítico para o cumprimento das metas climáticas nacionais;
- não demonstra integração logística robusta com a ferrovia num dos principais corredores ferroviários do país;
- pode agravar problemas existentes de ruído e qualidade do ar associados ao tráfego pesado;
- implica artificialização territorial e perda de coberto vegetal com impactos sobre a estrutura ecológica e a resiliência do território;
- não se encontra alinhado com a necessária eletrificação da logística nem com as orientações estratégicas europeias para hubs logísticos de zero emissões.

À luz destes fatores, e considerando os objetivos estabelecidos na **Lei de Bases do Clima**, no **PNEC 2030** e no **Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental**, a ZERO entende que o Estudo de Impacte Ambiental não demonstra a compatibilidade do projeto com os objetivos ambientais e climáticos nacionais.

Em consequência, o parecer da ZERO é **desfavorável** ao projeto na sua configuração atual.

ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Lisboa, 10 de março de 2026